

Vitória após 10 anos de luta: Demitidos em 94 e 95 estão de volta!

Comissão Interministerial aprovou 52 anistias. Em Cubatão, petroleiros reintegrados são recebidos com emocionante ato político

Segunda-feira, 01/03, foi um dia histórico para os trabalhadores da RPBC, refinaria que transformou-se em símbolo da greve de 95. Depois de quase dez anos de luta por justiça, os companheiros que foram demitidos pela Petrobrás cruzaram os portões da refinaria vitoriosos, reintegrados após terem sido anistiados. Foram recebidos com um emocionante ato político, onde estiveram presentes parlamentares, dirigentes sindicais, da CUT e da FUP, além dos representantes da Federação na Comissão Interministerial de Anistia.

Em sua volta histórica, os petroleiros anistiados foram saudados pelo deputado federal Luciano Zica (PT/SP), autor da Lei 10.790, pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e também pela viúva de David Capistrano, prefeito de Santos em 95, que desmascarou as distribuidoras responsáveis pela retenção do gás durante a greve.

A reintegração de todos os petroleiros demitidos por terem exercido em 94 e em 95 o legítimo direito de greve é a primeira etapa do trabalho da Comissão Interministerial. Nas duas primeiras reuniões da Comissão, foram analisados 58 requerimentos de anistia,

todos relativos às demissões em consequência das greves de 94 e 95. A Comissão aprovou 52 requerimentos de anistia (veja quadro abaixo) e solicitado diligências para seis casos: Robson Alves Augusto/RPBC; Júlio César de Assis Viana/FRONAPE; Flávio da Silva Azevedo/UN-BC; Roberto Ricardo de Queiroz/CENPS; Sérgio Luiz dos Santos/CENPS e Paulo da Rocha Machado/FRONAPE.

Até o momento, a FUP e os sindicatos já protocolaram 287 requerimentos de anistia, onde estão sendo priorizados os casos de demissões. O entendimento da Federação é de que

a anistia das punições seja tratada diretamente na mesa de negociação com a Petrobrás, cabendo à Comissão Interministerial apenas definir a abrangência dos casos.

Este encaminhamento ainda está sendo discutido pelos representantes da FUP na Comissão, cuja próxima reunião será dia 05 (sexta-feira). Na ocasião, as assessorias jurídicas da FUP e do Sindipetro-SE/AL irão expor suas visões sobre os trabalhadores das extintas Interbrás e Petromisa, arbitrariamente demitidos no período abrangido pela Lei 10.790. Companheiros que, legitimamente, reivindicam a anistia.

Bemvidos sejam nossos bravos companheiros!

Wanderley Matheus Pequeno (RPBC); Eduardo Jenner Ozório (RPBC); Luiz Veras da Silva (RPBC); Nilton Alves de Oliveira (RPBC); Edson Gasparini Jr (RPBC); Ricardo Marques (RPBC); José Genivaldo da Silva (RPBC); Regina Celli de Almeida (RPBC); Roberto Tadeu Constantino (RPBC); Ronaldo Pereira Monteiro (RPBC); Marco Antonio Rodrigues Gomes (RPBC); Paulo Góis de Lima Filho (RPBC); Furquim Castro Junior (RPBC); Manoel Serpa Pinto Neto (RPBC); Paulo Nazário e Silva (RPBC); Roque Alves dos Santos (RPBC); Edson Akiro Mishum (ALEMOA); Luiz Carlos Figliolli (ALEMOA); Lucival de Andrade Miranda (REMAN); Lucio Barros Corrêa de Oliveira (REMAN); Paulo Ricardo Lopes Junqueira (REVAP); Valter Torres (REVAP); Gabriel Ernesto Fierro Lemeé (REVAP); Jair Lopes Silva (REVAP); Roberto Dioni (REVAP); Almir de Oliveira (REVAP); Pedro Camargo Serra (REVAP); Edson José

Guimarães (REVAP); Manoel Fernando de Souza (REVAP); Jaredes Antunes Lemos (REVAP); Clodoval de Souza (REVAP); Armando Pereira da Silva (REVAP); Jorge Luiz Alves (REVAP); Ari de Carvalho Pinho (REVAP); Eugênio Américo Ranna de Macedo (REGAP); Mario Aléxis Campos de Azevedo (REGAP); Marcio Nicolau Machado (REGAP); Francisco Almeida Ferreira (REGAP); Wagner Duarte de Faria (REGAP); Manoel da Conceição de Souza (RLAM); Moisés de Sá Barbosa (UN-BA); Neuzito Ferreira de Araujo (UN-BA); José Ferreira Mendes (UN-BA); Ednaldo Mendes Sacramento (UN-BA); Jair Purificação dos Santos (GERAB); Antônio Carelli (REPLAN); Jorge Luis Alves Ferreira (UN-BC); Luiz Ernesto Tavares da Silva (UN-BC); Otto Moacir Melro Pêcego (UN-BC); Dalton Francisco dos Santos (UN-SEAL); Marcos Barbosa Cruz (UN-SEAL); Pedro Vieira do Amoral (UN-SEAL);

ATENÇÃO AOS PRAZOS DA COMISSÃO DE ANISTIA

11/04/2004 - prazo final para que o requerimento de anistia seja protocolado na Petrobrás;

DEZ DIAS - é o prazo impreterível para recurso, a contar da data de publicação da análise da Comissão no Diário Oficial da União;

Agosto de 2004 - conclusão dos trabalhos da Comissão de Anistia.

FUP e Sindicatos realizam seminários preparatórios sobre PCAC e Terceirização

Petroleiros de todo o país participam entre os dias 03 e 06, no Rio de Janeiro, dos seminários onde a FUP e os sindicatos estarão discutindo propostas para um novo plano de cargos e salários e mudanças na política de terceirização. Os dois eventos contam com a assessoria do DIEESE e são preparatórios para os seminários conjuntos com a Petrobrás que acontecerão na próxima semana - dias 09 e 10, PCAC; dias 11 e 12, Terceirização.

Em busca de um novo PCAC

O movimento sindical vem cobrando há anos um plano de cargos e salários que de fato cumpra a sua função e cujos critérios de avaliação sejam transparentes e democráticos. O atual PCAC (Plano de Classificação e Avaliação de Carreiras) está repleto de problemas: milhares de trabalhadores topados; diferenciação no enquadramento de novos e antigos funcionários; inexistência de critérios que definam os níveis iniciais e finais dos cargos; falta de transparência nas redefinições das especificações dos cargos; ampliação das tarefas, gerando a multifunção e, conseqüentemente, aumentando o risco de acidentes...

Portanto, é um desafio imenso para a categoria debater e negociar com a Petrobrás as mudanças necessárias para reverter este quadro. A discussão em torno da implantação de um novo PCAC envolve desde definições gerais - como

se o plano vai fomentar ou não a gestão participativa - passando pela identificação e especificação dos cargos, até a definição da base de remuneração dos trabalhadores e da trajetória desta ao longo do tempo.

Segundo estudo feito pelo Dieese sobre o PCAC, existem atualmente na Petrobrás 57 cargos de nível médio e 114 de nível superior, além de 18 carreiras de nível médio e 36 de nível superior. A relação atual entre o menor e o maior salário base pago efetivamente na empresa é de 9,47 vezes. O debate sobre um novo PCAC, portanto, é muito amplo. Na pauta, estão as atribuições dos cargos e carreiras, os valores, os pré-requisitos, os mecanismos de promoção, o sistema de avaliação, enfim, todas as questões que os trabalhadores vêm há anos cobrando uma discussão ampla com a Petrobrás.

Mudanças urgentes na política de terceirização

Entre 1990 e 2001, o efetivo de trabalhadores próprios da Petrobrás caiu de 55,5 mil para 33 mil. Entre 1995 e 2003, o número de trabalhadores terceirizados na empresa saltou de 29 mil para mais de 103 mil.

Nos anos de 2002 e de 2003, a Petrobrás provisionou R\$ 558 milhões para cobrir o rombo deixado pelas empresas contratadas junto ao INSS.

Dos 145 petroleiros que nos últimos seis anos perderam a vida em acidentes de trabalho na Petrobrás, 112 eram trabalhadores terceirizados.

Os dados acima evidenciam a gravidade da ostensiva política de terceirização na Petrobrás, intensificada sobretudo na década de 90. "O avanço do processo de terceirização em áreas até então consideradas nobres (produção, operação e manutenção) coincide com a desregulamentação do setor e com a adoção de um novo modelo de organização por parte da Petrobrás. As

unidades vinculadas à áreas de negócio da empresa passam a ter mais autonomia nas decisões e independência para administrar orçamento e investimento", destaca o Dieese em seu estudo sobre a terceirização na Petrobrás.

O Dieese também ressalta que a terceirização, especialmente quando realizada em contexto recessivo, provoca redução de emprego, precarização das relações de trabalho e preconceitos em relação aos trabalhadores terceirizados. Na Petrobrás, chega a ser gritante a diferenciação das condições de trabalho entre o efetivo próprio e o contratado. Não é à toa que 8 em cada 10 petroleiros mortos em acidentes de trabalho são de empresas terceirizadas.

Daí a importância de continuarmos buscando a recomposição do efetivo, com alternativas que contemplem os trabalhadores terceirizados. Um debate fundamental para uma questão que é mais do que urgente.

PLR: Sem discussão com os trabalhadores, Petrobrás provisiona 13,76% dos dividendos

Unilateralmente e atropelando as discussões com a FUP sobre o montante e a forma de distribuição da PLR, a Petrobrás anunciou à Agência Estado que provisionou "R\$ 897 milhões para dividir entre seus empregados, a título de participação nos lucros e resultados", conforme reportagem publicada pelo jornal O Dia, em 19/02.

O fato ocorreu logo após a FUP ter cobrado da Petrobrás, na reunião de negociação do dia 16/02, o provisionamento da PLR, pois o Conselho de Administração já havia aprovado o balanço financeiro da empresa. A Gerência de RH, no entanto, alegou que não tinha conhecimento do montante destinado à PLR. Pura mentira, já que dois dias depois divulgaram o valor para a Agência Estado.

Indignada, a Coordenação da FUP exigiu que a Petrobrás oficializasse aos trabalhadores a sua proposta para pagamento da PLR 2003. Só então, a empresa enviou documento à Federação, com a apresentação feita aos acionistas, onde estão provisionados R\$ 777 milhões para a PLR. Este valor representa 13,76% dos R\$ 5,647 bilhões de dividendos destinados aos acionistas.

É menos do que o percentual de 14,4% obtido nas negociações da PLR 2002! Além disso, os R\$ 777 milhões provisionados pela Petrobrás estão muito aquém dos 25% reivindicados pelos trabalhadores, que equivalem a R\$ 1,4 bilhão. A FUP quer retomar as negociações da PLR ainda este mês.

Calendário da FUP

Seminários FUP/Sindicatos

Terceirização - 03 e 04 de março;

PCAC - 05 e 06 de março

Seminários com a Petrobrás

PCAC - 09 e 10 de março;

Terceirização - 11 e 12 de março;

SMS - 12 e 13 de abril

Prazo final para requerimento da anistia - 11 de abril

IV Congresso da ANAPAR - 26 a 28/03, em Campinas;

IV Congresso da CNQ - 02 a 05 de junho;

X CONFUP - 18 a 20 de junho;

Plenária estatutante - 16 e 17/06

Edição 671 - Semana de 03 a 08/03/2004 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS www.fup.org.br Filiada à 

Av. Rio Branco, 133, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-060. Tel/Fax.: (21) 3852-5002. E-mail: imprensa@fup.org.br

Diretoria responsável pelo conteúdo deste informativo: Agnaldo, Caetano, Carrara, Caixeta, Clarckson, Gildásio, Hélio, Mauro, Pires, Radiovaldo, Silva, Silvio Sinedino, Zé Maria. Representantes dos Aposentados na FUP: Chicão & Macer. Jornalista: Alessandra Murteira - MTB 16763